

MARIA ISABEL ROQUE



VIAGENS NO TEMPO

*uma história
do turismo ocidental*

MARIA ISABEL ROQUE

VIAGENS
NO
TEMPO

*uma história
do turismo ocidental*

FACULDADE DE TURISMO E HOSPITALIDADE
UNIVERSIDADE EUROPEIA

Índice

Prefácio	7
As viagens antes do turismo	11
Primórdios do turismo	22
Turismo moderno	30
Referências bibliográficas	36
Índice de figuras	39

Título Original: *Viagens no Tempo: uma história do turismo ocidental*
Autor(a): Prof. Doutora Maria Isabel Roque

Todos os direitos reservados © 2019 Universidade Europeia
Quinta do Bom Nome, Estr. da Correia 53, 1500-210 Lisboa
Telefone: 210 309 900
www.europeia.pt

Design Gráfico: Alexandre Cunha e Diogo Mendonça

ISBN: xxx-xxx-xx-xxxx-x

[CLIQUE PARA ACEDER AO
CAPÍTULO QUE DESEJA
CONSULTAR](#)

Prefácio

Ad quamust emporec tatent am quod maio officius molla expliquibero et adicim am quiassus magnatem fugia vente odi acepudipis a que lautatus, qui rem. Non event laudis eum ex east, occulpa rchiciis endelictest qui reptas ditam qui con pratiur autent et eicte quissime dolupie nitiume mos dolore platis aut quas atet repere ellabore porem. Elessit ut aut haristore re culparc ipsam, optas vololibus.

Aria nia eturibusda nienimus consequos el eniaest de et dem excearum restian danist vololibus maiosant ipis evenda poreprovid min ra con nonsequat voles abore et officie nienis cuptis eicimpos eniendandit ide opta consequ amende bit volo modia ipsapernam inis exero etus viti odignim poribusdam ute odis exerum intin pos estrum aut dendent ipiendi vellit expero dolut omnimol orepernat officta estiusam esequia voles volenim invelibus volupta inverem possim endes as et fuga. Nam et id qui occat.

At labo. Ut pos mahic tota volorpores res modi intemquos ea nobis magnimilliae poriorrumque et am qe consed qui cona nobitam

sit assedissitem di doloratust ea dolorit quas. Aria nia eturibusda nienimus consequos el eniaest de et dem excearum restian danist vololibus maiosant ipis evenda poreprovid min ra con nonsequat voles abore et officie nienis cuptis eicimpos eniendandit ide opta consequ amende bit volo modia ipsapernam inis exero etus viti odignim poribusdam ute odis exerum intin pos estrum aut dendent ipiendi vellit expero dolut omnimol orepernat officta estiusam esequia voles volenim invelibus volupta inverem possim endes as et fuga. Nam et id qui occat.

At labo. Ut pos mahic tota volorpores res modi intemquos ea nobis magnimilliae poriorrumque et am qe consed qui cona nobitam sit assedissitem di doloratust ea dolorit quas.



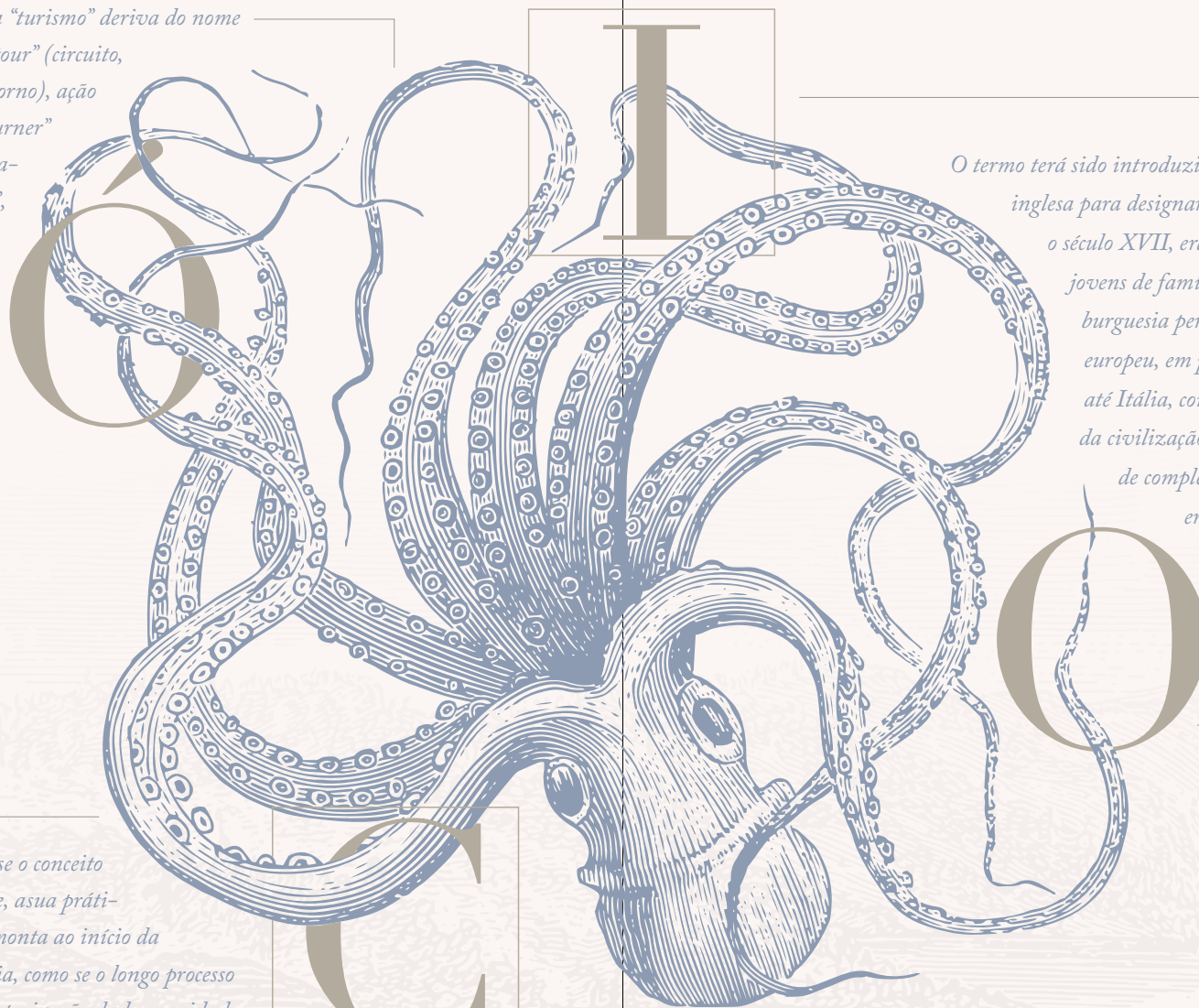
PROF. DOUTORA ANTÓNIA CORREIA
*Dean da Faculdade de Turismo e Hospitalidade,
Universidade Europeia*



A palavra “turismo” deriva do nome francês “tour” (circuito, volta em torno), ação de “tourner” (do latim “tornare”, girar um torno, dar uma volta).

Porém, se o conceito é recente, a sua prática remonta ao início da História, como se o longo processo de sedentarização da humanidade mantivesse a nostalgia de um inevitável destino nómada.

O termo terá sido introduzido pela aristocracia inglesa para designar a viagem que, desde o século XVII, era efetuada pelos jovens de famílias nobres ou da alta burguesia percorrendo o continente europeu, em particular, a França, até Itália, considerada como berço da civilização, cultura e arte, a fim de completar a sua educação erudita e conhecer os vestígios da história e da cultura do passado.



As viagens antes do turismo

O impulso da partida para outro lugar está documentado desde as primeiras civilizações históricas. A construção monumental de palácios, templos e túmulos tinha um propósito de aparato e era um motivo de notoriedade, quer para quem os construía, quer para quem os visitava. A notícia das pirâmides egípcias, dos jardins babilônicos, ou dos palácios assírios circulava e despertava a curiosidade entre os povos vizinhos.

A viagem está registrada no Egito desde os tempos pré-dinásticos (Ahmed, & Parker, 2017). No templo Deir el-Bahri, em Luxor, a viagem da rainha Hatshepsut à terra de Punt, em 1480 a.C., está registrada em relevo, mas há relatos escritos de visitas às pirâmides de Saqqara e Gizé ou à grande esfinge desde meados do 3.º

milênio (Gyr, 2010), revelando o desejo de alguns grupos privilegiados de deslocar-se a outro lugar em busca de evidências materiais do seu passado.

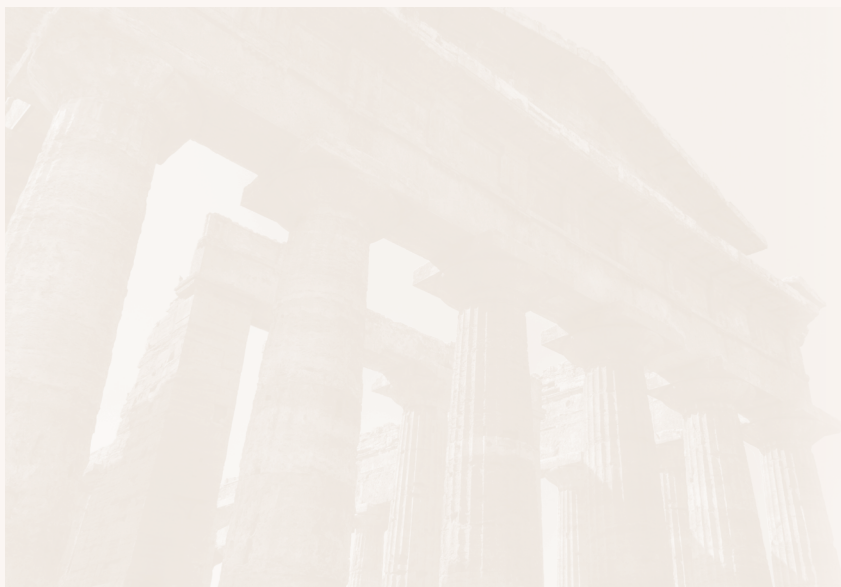
A mitologia antiga reflete e confirma os hábitos de viagem, conferindo-lhes um sentido heróico. A epopeia de Gilgamesh, uma compilação de lendas e poemas sumérios reunida no tempo de Assurbanípal, no século VII a.C., cujas primeiras referências remontam à época paleobabilônica, no primeiro terço do II milênio a.C., é considerada como o primeiro guia de viagens, sobretudo no que respeita à descrição da expedição do herói, acompanhado pelo servo Enkidu, pelas montanhas de Cedro. Também nos textos do Antigo Testamento são frequentes as referências às movimentações coletivas ou individuais, geralmente, motivadas por

propósitos religiosos, políticos, militares ou económicos. Entre todas, destaca-se o Êxodo, a longa viagem empreendida pelo povo de Israel que, fugindo à opressão sofrida no Egipto, atravessou o deserto até ao Monte Sinai e, depois, até Canaã, a Terra Prometida. No entanto, ao longo do texto bíblico, há também referências a deslocações com um intuito privado e experiencial que se aproxima do atual conceito de viagem.

Os testemunhos são mais frequentes e explícitos a partir do período da Grécia arcaica. A Odisseia, atribuída a Homero, composta entre os séculos VIII e VII a.C., a partir de textos de tradição oral, conta o regresso de Ulisses a casa, na ilha de Ítaca, após a guerra de Tróia, e a ida de Telémaco, seu filho, até Pilos e Esparta em busca do pai. A viagem de

Ulisses dura dez anos e está recheada de paragens, momentos de repouso, de episódios determinados pela curiosidade e pela vontade de conhecer outros destinos e realidades. Por outro lado, num registo documentado historicamente, datam também dessa altura, os primeiros jogos Olímpicos (a partir do século VIII a.C.), a que se sucederam no século VI a.C., os jogos Píticos, Nemeus e Ístmicos, festivais de carácter religioso com competições desportivas e musicais, que atraíam gentes de toda a Grécia. Para lá da época dos jogos, os templos de Zeus, em Olímpia, e sobretudo, o de Apolo, em Delfos, continuavam a convocar deslocações frequentes com objetivos religiosos.

No século V a.C., Heródoto (c. 484-c. 425 a.C.) escreveu a obra Histórias, acerca das Guerras Médicas entre gregos e



persas, onde inclui uma vasta informação de carácter geográfico e antropológico acerca do mundo então conhecido, por onde viajou, tendo o Mediterrâneo como elemento axial: Europa do sul, norte de África, Egipto, Mesopotâmia, Mar Vermelho e costa ocidental da Ásia Menor, sendo por isso considerado pioneiro na escrita de viagens (Blanton, 2002).

O império Romano contribuiu para o desenvolvimento do lazer e da viagem privada, assente numa colossal rede viária e num conjunto de infraestruturas que, tendo sido construídas para permitir a administração política, as mobilizações militares e o transporte de mercadorias, estimulavam as deslocações particulares (Ludwig, Has, & Neuer, 1990, apud Gyr, 2010).

As classes privilegiadas, nomeadamente, os patrícios e as famílias que, pelo seu poder económico, tinham acesso às altas magistraturas no consulado e no senado, tinham o hábito de sair de Roma nos meses mais quentes, em direção ao sul, sobretudo para as sumptuosas villas de férias em torno da exclusiva baía de Nápoles (Neapolis, isto é, nova cidade), enquanto as famílias menos abastadas procuravam alojamento nas hospedarias das zonas mais periféricas e populosas em torno do golfo de Pozzuoli (Casson, 1994, p. 142).

Entre os vários locais de veraneio ao longo da costa, Baiae (atual Baia) afirmava-se como um dos mais populares e assumia características muito próximas das atuais estâncias balneares.

Estrabão (c. 64 a.C.-c. 21d.C.), descreveu a cidade de Nápoles, muito influenciada pela cultura grega, como uma cidade habitada por romanos em busca de repouso e do lazer proporcionado pelos seus ginásios, estâncias termais e fontes de água quente, que não eram inferiores às de Bacia, conhecidas pelas suas qualidades curativas (Strabo [Estrabão] 5.4.7).

Desde a época de Júlio César (100-44 a.C.), há também notícia de viagens para conhecer outras paragens de prestígio à Grécia e ao Egito, sobretudo, à cidade de Alexandria, afamada pela biblioteca e outros vestígios da época ptolemaica. Neste contexto, salienta-se o afã do imperador Adriano (76-138), conhecido como O Viajante, em virtude das numerosas viagens que realizou e se tornaram a marca da sua atuação política, tendo

subjacente o objetivo de melhorar e embelezar as cidades em função do seu gosto pela cultura helenística. Percorreu, de forma incessante, todo o império (Speller, 2004): Gália, Germânia, Britânia e a Hispânia; na Ásia Menor, costa ocidental do mar Negro, Anatólia e Mauritânia; esteve várias vezes na Grécia, percorrendo todo o Peloponeso, com estadias prolongadas em Atenas; entre o Norte de África e o Médio Oriente, passou pelos territórios da atual Líbia e esteve no Egito, onde fundou a cidade de Antinópolis, em honra do seu favorito Antínoo, que havia morrido no Nilo, e de onde regressou a Roma, passando através da Ilíria.

Durante a Idade Média, os reis europeus mantiveram práticas de governação idênticas, percorrendo os respetivos reinos com os seus séquitos. A residência per-



manente era frequentemente substituída por uma forma migratória de governo, a “corte itinerante”, cujas rotas, geralmente, seguindo o curso dos grandes rios, se designavam como “itinerários”. Em Portugal, a corte itinerante acompanhou o processo da reconquista, movimentando-se entre Guimarães, Coimbra e Lisboa. Por esta altura, era também relevante a mobilidade de alguns grupos, como os construtores, os comerciantes, os jornaleiros e, cada vez mais, os estudantes em direção às universidades mais prestigiadas, como as de Montpellier, em Paris, de Oxford, de Bologna ou de Coimbra, ou os artistas mais reputados e requisitados pelas diferentes cortes.

Não obstante, é a peregrinação (peregrinatio) que melhor caracteriza a viagem durante a Idade Média regida pelo

paradigma teocêntrico de matriz cristã. Inicialmente, na Alta Idade Média, a peregrinação era uma jornada realizada com propósitos devocionais ou penitenciais em direção a Roma, para venerar as relíquias de santos e mártires, entre os quais pontuava São Pedro, venerado na Basílica papal do Vaticano, ou procuravam seguir o percurso de Cristo na Terra Santa. Depois da tomada de Jerusalém pelos turcos seljúcidas, no século XI, e, mais tarde, no início do século XIV, com a transferência do Papado para Avinhão, entre 1309 e 1377, definiram-se outros percursos alternativos, como o Caminho de Santiago, em direção a Compostela, onde se acreditava estar depositados os restos mortais do apóstolo, miraculosamente achados no início do século IX. O peregrino cumpria rota pré-definida, com paragens intermédias em pontos

religiosos assinalados pela presença de relíquias insígnias até chegar ao destino final, junto ao túmulo do santo. O Liber Sancti Iacobi, conhecido como Codex Calixtinus, uma coletânea de textos datados de meados do século XI, inclui o Liber peregrinationis, ou livro do peregrino, atribuído a Aymeric Picaud e considerado o primeiro guia turístico. Ao longo de 11 capítulos, o autor descreve o Caminho Francês com indicações acerca das várias etapas do itinerário, anotações etnográficas e hagiográficas e a descrição dos vários lugares e, em particular, da cidade e da igreja de Santiago, concluindo com recomendações para o acolhimento dos peregrinos.

Na passagem do teocentrismo para o antropocentrismo, que caracteriza a concepção humanista da Renascença,

FIG. 1



a viagem mantém-se como forma de aperfeiçoamento pessoal, no sentido de experiência subjetiva em busca do conhecimento. O prestígio de cidades como Roma e Florença, em Itália, atraíam intelectuais e artistas de toda a Europa, tendo inerentes propósitos de aprendizagem, experiência estética, dificilmente destrincháveis da vontade de lazer ou da mera curiosidade em relação ao que lhes era estrangeiro (Kim, 2014, p. 234). Estas movimentações perduraram muito para lá da Renascença e artistas flamengos, como Albrecht Dürer, Lucas Cranach, o Velho, e Peter Paul Rubens, viajaram por Itália para aprimorar a sua educação artística. Também os monarcas e membros das classes privilegiadas viajavam e rivalizavam entre si para atrair os artistas de maior renomeada para o seu serviço.

FIG. 1
PEREGRINOS DE SANTIAGO

In *Pèlerinage de vie humaine*,
de Guillaume de Digulleville, ca. 1490.
Paris, Bibl. Sainte-Geneviève, ms. 1130, fl. 33v.



Francisco I, de França, viajou por todo o país, mas também, ainda que sobretudo por razões militares, para lá dos Alpes, deixando-se seduzir pela arte e pintura italiana.

Enquanto mecenas, conseguiu levar Leonardo da Vinci, Andrea del Sarto e Girolamo Della Robbia para comissões em terreno francês. As deslocções de artífices e artistas eram uma prática comum (Cardarelli, 2013), muito impulsionada pelas respetivas corporações que, sobretudo, a partir do século XVI, as aconselhavam como estágio profissional frequentemente com uma duração de três a quatro anos (Gyr, 2010).

Em Portugal, registavam-se idênticas motivações. Na sequência do seu casamento com Filipe III, Duque de Borg-

onha, em 1430, Isabel de Portugal levou artistas para Flandres e patrocinou a vinda de artistas flamengos e alemães para Portugal, entre os quais, o pintor Jan van Eyck. Esta afluência de artistas flamengos continuou ao longo do século XV e seguintes, mas a circulação entre Portugal e Flandres fazem-se sobretudo no âmbito das suas relações diplomáticas e comerciais.

Entretanto, um número crescente de estudantes, intelectuais e artistas portugueses frequentava as mais prestigiadas universidades e círculos humanistas em Espanha, França e Itália. Diogo de Gouveia, o Velho, foi um dos primeiros bolseiros portugueses na Universidade de Paris, tendo concluído os estudos em Teologia na Sorbonne; em Paris, fundou o Colégio de Santa Bárbara, de que foi

o Principal, tendo criado bolsas para estudantes portugueses, entre os quais Diogo de Teive e André de Gouveia, seu sobrinho, que o substituiu na direção do Colégio, sendo depois nomeado reitor da Universidade de Paris.

Mais tarde, Francisco de Holanda foi também em Roma, numa viagem que o levou também a Valhadolid, Barcelona, Nimes, Avinhão, Nice, Génova e Pisa. Por seu turno, Damião de Góis frequentou as universidades de Pádua e Lovaina e percorreu grande parte do continente europeu até aos países nórdicos, à região do Báltico e à península itálica, tipificando o modelo da viagem que, sob pretextos diplomáticos e comerciais, cumpria propósitos culturais através dos contactos que estabeleceu com os mais distinguidos intelectuais da época.

Porém, por esta altura, o conceito de viagem é fortemente marcado pela ação marítima dos portugueses: ao longo do litoral ocidental de África e da “contracosta” (litoral oriental), estendendo-se, após a chegada de Vasco da Gama a Calecute, à Índia, à Cochinchina, às “ilhas das especiarias” (Indonésia) e, finalmente, à China e ao Japão, e no outro lado do Atlântico, ao Brasil, achado por Pedro Álvares Cabral. Foi neste contexto que se realizou uma das mais extraordinárias viagens da época: a embaixada de Tristão da Cunha, enviado pelo rei D. Manuel I ao papa Leão X, em 1514. A embaixada, composta por um séquito de mais de cem pessoas, foi organizada com grande pompa e sumptuosidade, causou enorme assombro pela riqueza e exotismo dos presentes que levavam ao papa: paramentos ricos bordados a ouro, pérolas e pedrarias, moedas

FIG. 2



FIG. 2
FRANCISCO I NO ESTÚDIO DE BENVENUTO CELLINI
Francesco Podesti, 1837.
Roma, Galleria nazionale d'arte moderna Rome.

FIG. 3



de ouro, jóias, leopardos, papagaios, um cavalo persa, uma onça de caça e o elefante branco, chamado Hanno ou Annone, que carregava um palanque de prata com o cofre de oferendas.

ais, desenvolveu-se, aliando a vontade de aquisição de bens de luxo, acentuada pela expansão portuguesa, à busca de conhecimento e ao gosto pelo exótico, e é uma das marcas do Renascimento.

As viagens dos portugueses foram registadas em relatos que descrevem o exotismo dessas paragens, os perigos enfrentados e os contactos com outros povos e culturas. No conjunto destes relatos, distingue-se a Peregrinação (1614, publicação póstuma) de Fernão Mendes Pinto (c.1509-1583), onde conta as viagens que efetuou à Índia, que o levaram até ao Mar Vermelho, Etiópia, Golfo Persa, Sumatra, Sião, China e Japão. A viagem foi um fator essencial da expansão cultural e política na Idade Média. A partir do século XV a prática de viajar, num contexto favorável do aumento das rotas comerci-

FIG. 3
A EMBAIXADA DE D. MANUEL AO PAPA
ALFREDO ROQUE GAMEIRO.
In Chagas, P. (1900). *História de Portugal, popular e ilustrada*, (v. 4, p. 33).
Lisboa: Emp. História de Portugal, 1900.



“É esta fúria de loucura mansa,

*Que vai de céu em céu,
De mar em mar,*

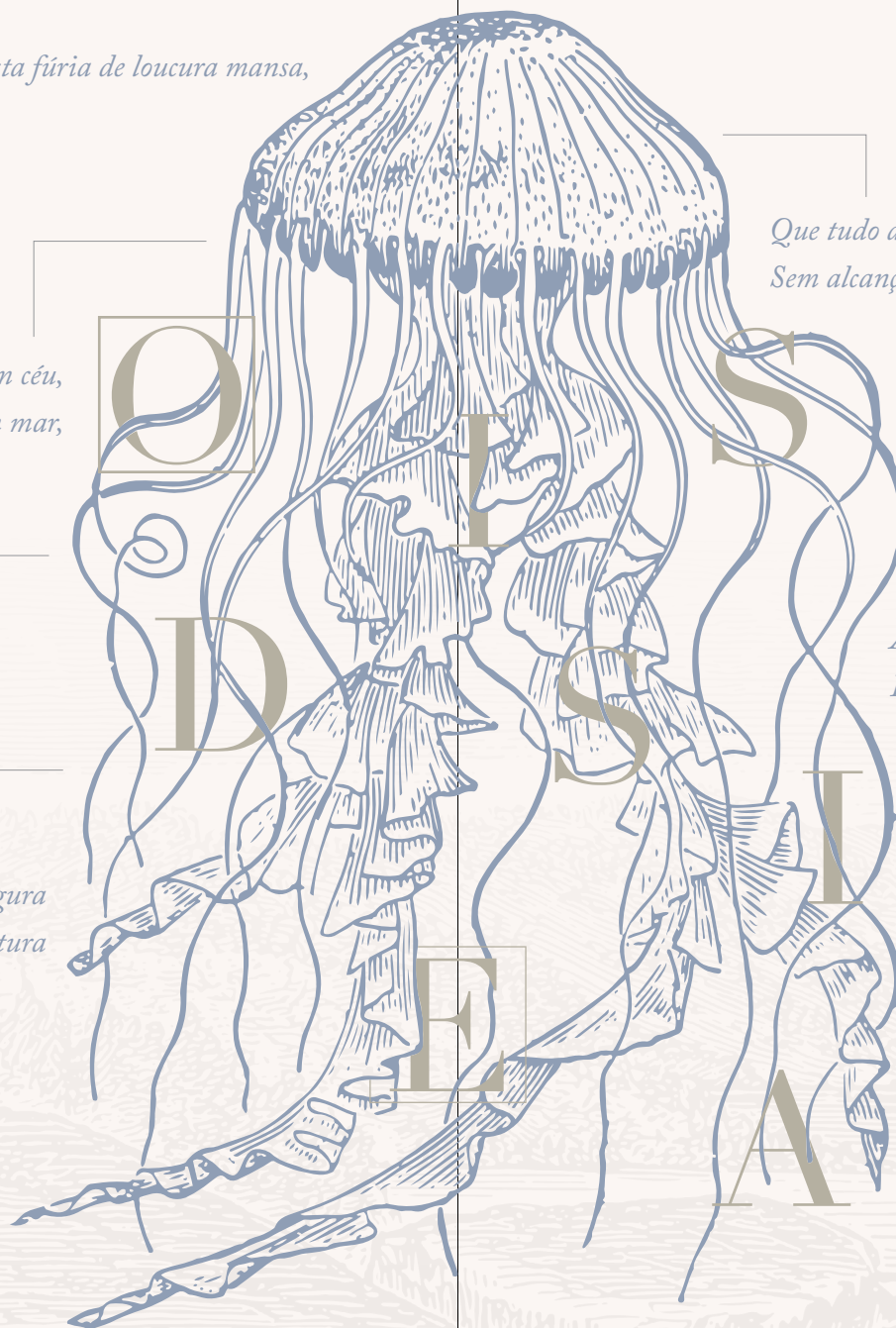
*Mais rico de amargura
Nas pausas da ventura*

*Que tudo alcança,
Sem alcançar.*

*Até nunca chegar.
E esta tentação de me encontrar*

De me procurar...

— Miguel Torga



Primórdios do turismo

É neste contexto que se chega aos primórdios do turismo, formalizado através da Grand Tour, que era objeto de uma preparação minuciosa e podia demorar dois a três anos, integrando uma comitiva de tutores, acompanhantes e serviçais, e que se fazia com o intuito de ampliar o conhecimento e de adquirir competências sociais na passagem da juventude para a idade adulta, embora tendo subjacente a intenção de lazer.

A designação Grand Tour surgiu pela primeira vez na obra *Voyage of Italy* de Richard Lassell (1670), ainda através de uma distinção entre “the Grand Tour of France, and the Giro of Italy” (p. [aVI]f). Daqui derivam os termos “tourist” e “tourism”, cunhados em finais do século XVIII.

A viagem era assumida como um sinal visível de poder e de superioridade económica, social e cultural. A definição dos percursos fazia-se em função dos pontos de maior interesse histórico, artístico e patrimonial, com o intuito de realizar uma retrospectiva da cultura ocidental a partir das suas raízes clássicas (Wilton, & Bignamini, 1996).

Os destinos obrigatórios eram, por conseguinte, os vestígios do império romano, mas incluíam também outros locais de interesse localizados ao longo do percurso em direção a Itália, tais como as cidades de Paris, Amsterdão, Viena e Praga. Ao longo da viagem, eram comuns as audiências e recepções nas cortes reais e nas residências de famílias aristocráticas, facultando aos jovens viajantes a oportunidade de treinar a etiqueta e os com-

portamentos sociais mais sofisticados. A par destes propósitos políticos e sociais, estava inerente à viagem o interesse pela arte e pelo lazer. Por seu turno, o dirigismo assegurado pelos tutores garantia a segregação aristocrática sem contacto com outros grupos sociais, conferindo à viagem um carácter elitista e exclusivo.

A Grand Tour criou um paradigma diferenciador da viagem como “ars apodemica”, isto é, literalmente, a arte de viajar, originando um estilo literário comum entre meados do século XVI e finais do século XVIII, segundo a forma de compêndios didáticos para orientação dos viajantes. Sob a influência da tratadística renascentista, estabelecem uma retórica que realça a função pedagógica e didática da viagem, ao mesmo tempo que a promovem como virtude cívica, no

sentido em que propõem que o conhecimento adquirido, constituindo uma forma de autoaperfeiçoamento moral, seja aplicado na promoção do bem comum (Williamson, 2016).

No século XIX, surgem editoras especializadas na produção de guias turísticos, com informação estruturada para facilitar a consulta e conteúdos apresentados como normas ou recomendações acerca dos destinos, dos recursos disponíveis para os viajantes e das atividades aconselhadas em cada local. Se, inicialmente, a Grand Tour foi dominada por aristocratas britânicos, rapidamente outros intervenientes, de outras nações e estratos sociais, se apropriaram deste modelo de viagem. Intelectuais, homens de letras e filósofos, como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Charles Baron de Mon-

FIG. 4



FIG. 4
ARISTOCRATAS BRITÂNICOS EM ROMA

Katharine Read, ca. 1750.

Yale Center for British Art, Paul Mellon Collection.

tesquieu (1689-1755), Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) ou Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781), viajaram por França e Itália e registaram as suas experiências em obras literárias, de viagens e novelas de viagem.

Em Portugal, a Grand Tour não foi uma prática corrente, mas, já numa fase tardia, D. Pedro V (1837-1861) realizou duas viagens com idênticos contornos (Vicente, 1997): a primeira, entre maio e setembro de 1854, por Inglaterra, Bélgica, Holanda, Prússia e Áustria; a segunda, entre maio e agosto do ano seguinte, por França, Itália, Suíça, Bélgica e Ilha de Wight.

Enquanto a prática aristocrática da Grand Tour decaiu com a Revolução Francesa e, sobretudo, com as Guerras Napoleônicas

e a invasão da Itália, as classes médias-altas instruídas começaram a seguir-lhes o exemplo, em viagens com intuídos educativos, ainda que com uma duração mais curta. A entrada da burguesia neste modelo de viagem alargou o âmbito dos destinos aos locais industrializados, com o objetivo de recolher informações relacionadas com os seus interesses profissionais e económicos e de atualizar o conhecimento relativo aos avanços científicos e tecnológicos na agricultura, na indústria, na manufatura, nos transportes, através do contacto direto com os seus pares.

Estas viagens marcam, até à primeira metade do século XIX, uma fase inicial ou prévia ao desenvolvimento do turismo moderno, caracterizada por deslocações de longa duração e confinadas a uma elite social, cultural e económica. Assim, a via-



gem, enquanto atividade cultural e de lazer, torna-se um atributo de estatuto social e poder económico que atrai os indivíduos da burguesia que, sobretudo em Inglaterra, haviam enriquecido no decurso da Revolução Industrial, levando a aristocracia a procurar outros destinos mais exclusivos. Regista-se, por isso, o aparecimento das férias balneares e termais, em complexos luxuosos com casinos, campos de jogos, hipódromos e um novo conjunto de infraestruturas de lazer que permitiam à aristocracia manter e renovar um estilo de vida ostensivo e exclusivo, entre bailes, corridas de cavalos, atividades desportivas e jogos de azar. Inicialmente, os destinos mais procurados eram as termas como as Baden-Baden, na Alemanha, ou as de Vichy, em França (Gyr, 2010). Em seguida, quando estas estâncias começaram tam-

plantou-se o costume de passar os verões em Brighton, na costa sul de Inglaterra, ou na Côte d'Azur, na costa mediterrânica de França, e o inverno nas zonas mais amenas como Malta, Egipto e ilha da Madeira (Id., *ibid.*).

O desenvolvimento do turismo e o seu alargamento à nova classe média foi propiciado pelo desenvolvimento dos transportes, a partir de inícios do século XIX. A tecnologia da máquina a vapor foi aplicada nas locomotivas ferroviárias e nas embarcações fluviais e marítimas (Zwelow, 2016), que beneficiavam, ainda, dos avanços na metalurgia do ferro, aumentando a velocidade, a capacidade e o conforto dos transportes e a redução do custo da viagem, tornando-a mais acessível às classes mais baixas, que, mercê das mudanças económicas e sociais, con-

quistavam o direito ao repouso e ao lazer (Gyr, 2010). Começa, assim, a procura de férias sedentárias nas estâncias balneares e climáticas, nas termas e nas montanhas, por razões terapêuticas e de descanso. No entanto, os assalariados, operários, artesãos e agricultores continuavam sem direito a férias, pelo que as suas viagens de lazer eram deslocções de curta duração e distância.

Nesta conjuntura, o turismo organizado, surgido em meados do século XIX, contribui para alargar as oportunidades de viagem e para a implantação do turismo de massas, implementando o conceito de turismo como atividade económica. O empresário inglês Thomas Cook (1808-1892), fundador da Thomas Cook & Son, é considerado pioneiro da indústria do turismo, por ter criado pacotes de viagens



que se adaptavam a uma clientela mista, das elites políticas e sociais às massas trabalhadoras, embora tenha obtido maior sucesso com a oferta de férias curtas e acessíveis, com tudo incluído, destinadas à classe média. Em 1855, aproveitando o aumento da rede ferroviária e a pretexto da Exposição Universal de Paris, organizou um circuito pela Europa que incluía Bruxelas, Colónia, o Reno, Heidelberg, Baden-Baden e Estrasburgo até Paris, regressando a Londres através do Havre ou Dieppe. As operações da Thomas Cook & Son abrangiam a Europa, o Médio Oriente e os Estados Unidos. O exemplo desta empresa inspirou a abertura de agências de turismo por toda a Europa, usando idênticos métodos e competindo na oferta de serviços.



Desenvolveu-se, entretanto, um tipo de turismo essencialmente cultural. O Iluminismo, ao mesmo tempo que fixava o turismo como uma prática associada à cultura, determinou o aparecimento dos primeiros museus. A consolidação do conceito de nação fez nascer a ideia de criação de repositórios artísticos representativos e propagandísticos da identidade nacional em instituições que disponibilizavam essas coleções a toda a sociedade e, por isso, se tornaram pontos imprescindíveis de visita. Depois da campanha de Napoleão no Egipto, entre 1798 e 1801, fazendo-se acompanhar de arqueólogos, cientistas e desenhadores que divulgaram os achados por toda a Europa, fez renascer a curiosidade por essas paragens e os museus dos países colonialistas – o British de Londres, o Louvre de Paris, o Altes de Berlim – começaram

a financiar expedições arqueológicas ao Médio Oriente e à Grécia, em particular, no Peloponeso, locais privilegiados e originais das civilizações pré-clássicas e clássicas, para completar os espólios segundo um conceito enciclopédico e universalista. Estas expedições, que se mantiveram até ao início do século XX, contribuíram para aumentar o prestígio destes locais, alargando os itinerários culturais dos primeiros tempos da Grand Tour.

Apesar das transformações registadas, ao longo do século XIX, a motivação da viagem é cada vez mais o lazer e o afastamento da rotina quotidiana, mas mantiveram-se subjacentes os princípios de aperfeiçoamento pessoal baseado na busca de cultura, na educação do gosto e sofisticação de maneiras que tinham caracterizado a Grand Tour do século XVIII.



*“Afinal, a melhor
maneira de viajar
é sentir.”*



*Sentir tudo
de todas
as maneiras.*

*Sentir tudo
excessivamente,*

*Porque
todas as coisas são,
em verdade,
excessivas.”*

— Álvaro de Campos
(heterónimo de Fernando Pessoa)

Turismo moderno

Os fundamentos do turismo moderno radicam nas viagens efetuadas na Europa ao longo do século XIX. Aproveitando a conjuntura favorável da progressiva industrialização e das alterações das condições de trabalho na sociedade capitalista, do crescimento demográfico devido às melhorias nos cuidados de saúde, ao desenvolvimento urbano e à revolução nos transportes, o aumento da prática da viagem por lazer configura-se como uma fase inicial do turismo moderno (MacCannell, 1999), a qual foi abruptamente cortada pela ocorrência das duas Guerras Mundiais.

As primeiras iniciativas para a criação de organizações nacionais de turismo datam também do início do século, embora em finais do século XIX já tivessem sur-

tido outras de caráter privado, como a Aliança Internacional de Turismo, criada em 1898, com o objetivo de agrupar os clubes de turismo de vários países. O primeiro organismo oficial do turismo foi criado na Áustria, em 1909, seguido do Office National du Tourisme francês em 1910, considerado precursor das agências, como centro de informação e promoção turística.

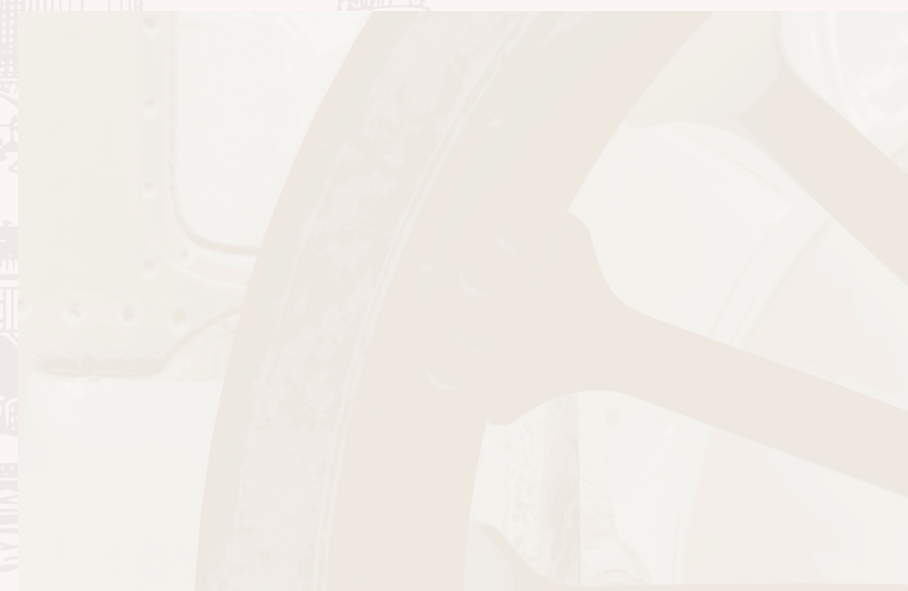
Durante as décadas de 1920 e 1930, as classes mais desfavorecidas e empobrecidas após a 1.ª Guerra perseguiram o “sonho americano” em busca de melhores condições de vida nos Estados Unidos, publicitados como terra de abundância e de oportunidades, incrementando a atividade das grandes companhias transatlânticas, iniciada nos princípios do século, mas bastante diminuída durante o con-

flito. Ao mesmo tempo, crescia o número de viagens organizadas para o Mediterrâneo à medida que se recuperava a rede viária continental, a par das deslocações domésticas acessíveis a famílias de baixos rendimentos e que encontravam no campo e na vida rural uma alternativa de descanço à agitação da cidade.

O turismo tornou-se uma das mais importantes atividades económicas internacionais ao longo da segunda metade do século XX. A partir da década de 1950, ocorre o fenómeno conhecido como “boom” turístico, devido ao extraordinário aumento do turismo internacional, marcado pela concorrência de novos destinos e estilos de viagem, a par do desenvolvimento de uma cultura do ócio e socialização no mundo ocidental. Apesar do regime político fechado a influências

externas, Portugal na década de 1960, um ciclo de abertura ao investimento estrangeiro que se traduziu no aumento exponencial da atividade turística, o qual se irá prolongar pelas décadas seguintes (Gonçalves, 2012), traduzindo-se num grande fluxo de turistas internacionais, oriundos sobretudo do Reino Unido e dos Estados Unidos, e consequente procura de estabelecimentos hoteleiros de gama alta na área de Lisboa e nas estâncias balneares do Algarve e noutras zonas costeiras onde havia maior oferta de alojamento (Cavaco, 1980).

A recuperação económica, mesmo nos países mais atingidos pela guerra, como a Alemanha e o Japão, a melhoria das condições de vida das populações, a introdução de medidas sociais e da legislação sobre o trabalho são fatores poten-

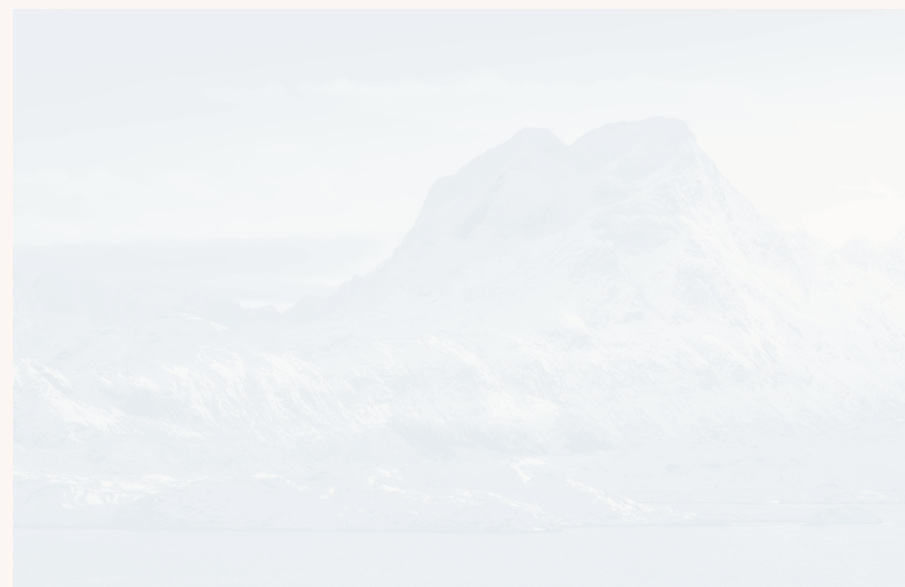


ciadores do desenvolvimento do turismo, também favorecido pela construção sem precedentes de redes de transporte e de comunicação. Os pacotes aéreos para os destinos de “sol e praia” tornaram-se o fulcro do fenómeno de migração anual do norte da Europa, inicialmente em direção ao Mediterrâneo e às costas ibéricas (Segreto, Manera, & Pohl, 2009), logo seguido pelo aumento dos destinos de longo curso que incluíam os mercados asiáticos no Pacífico. Fluxos idênticos são registados entre os Estados Unidos e o México e o Caribe.

Entretanto, também ganhavam popularidade os destinos de neve na região alpina, transformando aldeias rurais em estâncias de esquí, de espaços rurais, como Provença e Tirol, ou citadinos, recuperando os antigos locais da Grand

Tour (Gyr, 2010). Nesta altura, o aumento do turismo assenta na padronização dos produtos, utilizando em regra voos charter que permitem alargar a oferta, diminuindo os custos, e contribuem para o desenvolvimento do turismo de massa em direção aos mesmos destinos. Entretanto, o aumento da indústria automóvel e das redes viárias incrementa o turismo doméstico e familiar em carro próprio. Porém, este “boom” turístico conheceu uma desaceleração na década de 1970, marcada pela crise energética e uma crescente inflação com impacto relevante no setor dos transportes.

Em Portugal, esta crise é potenciada pela situação política nos anos que se seguiram à Revolução de 25 de abril de 1974, provocando uma quebra na procura turística, sendo que grande parte dos es-



tabelecimentos hoteleiros foram utilizados para alojar as famílias provenientes das antigas colónias (Moreira, 2018). A recuperação na década de 1980 foi acompanhada pela melhoria dos transportes aéreos, com o aparecimento de aviões maiores e da consolidação dos voos charters, e ferroviários, com a introdução dos comboios de alta velocidade, e pela crescente internacionalização das operadoras e redes hoteleiras, propondo novas formas de lazer em complexos turísticos e parques temáticos (Gyr, 2010).

Este crescimento consolida-se na década seguinte, no quadro de uma nova conjuntura europeia marcada pela queda dos regimes comunistas da Europa de Leste e pelas políticas supranacionais decorrentes do Tratado de Maastricht (1992), promulgando a livre circulação de pes-

soas e bens, e pelo Acordo de Schengen (assinado em 1985 e em vigor a partir de 1995), que aboliu os controles fronteiriços internos entre os países da União Europeia. Ao mesmo tempo, a ascensão das companhias aéreas de baixo-custo contribuiu para o crescimento das viagens internacionais, enquanto a internacionalização de algumas cadeias hoteleiras e a crescente competitividade entre elas favorecia o aparecimento de um novo conjunto de destinos e de programas mais flexíveis. Desenvolveram-se também alguns produtos vocacionados para o turismo de massas, como os complexos turísticos que oferecem um modelo integrado de produtos e serviços, incluindo atividades hoteleiras (alojamento, comida e bebida) e outras relacionadas com o entretenimento, o desporto e as compras.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, facilitou a reintegração do país nos circuitos turísticos internacionais, propiciada pela acentuada melhoria das condições económicas e, em particular, das infraestruturas rodoviárias e das acessibilidades. Publicitado como destino de praia, Portugal era procurado maioritariamente por turistas europeus (Reino Unido, Alemanha, Espanha, França e Países Baixos), brasileiros e norte-americanos (Moreira, 2018).

A excessiva dependência destes destinos tornou o país vulnerável deste tipo de turismo, face à concorrência de destinos no Pacífico que, à praia, juntavam o exotismo das culturas orientais. A perceção destas ameaças tem conduzido à implementação de políticas estratégicas para diversificar a oferta turística, assente na cultura e no

património, e atrair uma maior variedade de turistas, provenientes de outras zonas.

O turismo é, hoje, uma atividade globalizada, quer em termos geográficos quer em termos sociais e culturais. Cada vez mais pessoas têm acesso a períodos de lazer e estes são entendidos como uma oportunidade de rutura com o quotidiano através da viagem para um outro lugar em busca de espaços exóticos e de culturas endógenas que propiciem experiências diferenciadoras. Assim, se por um lado, o turismo é cada vez mais um produto da cultura de massa, por outro lado, assiste-se a uma procura (e oferta) de produtos diversificados e adaptados a grupos específicos, fomentando a segmentação do sector.



O impacto global do turismo ultrapassa a pegada ambiental e as questões de sustentabilidade e do fluxo de carbono (Lenzen et al., 2018), para atingir os domínios da economia, da sociedade e da cultura (Gursoy, & Nunkoo, 2019). Assim, no epílogo de uma síntese histórica da viagem e do turismo, quando se avaliam os impactos positivos e negativos de um fenómeno que se encontra em pleno desenvolvimento, importa avaliar os benefícios económicos e sociais e analisar a preservação e a interpretação da autenticidade dos locais de destino, a identidade das culturas locais e a interação social entre residentes e turistas.



Referências bibliográficas

- Ahmed, M. Y. Z. Z., & Parker, B. (2017). *Tourism and travel in ancient Egypt: Travel like an Egyptian*. San Rafael, CA: Pro Audio Voices.
- Cardarelli, S. (2013). Travelling artists in medieval and renaissance Europe: An introduction. *Journal of Art Historiography*, (9), pp. 1-5.
- Casson, L. (1994). *Travel in the ancient world*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Cavaco, C. (1980). *O turismo em Portugal: Aspectos evolutivos e espaciais*. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura de Lisboa. (Separata de Estudos Italianos em Portugal, pp. 191-234).
- Gonçalves, E. C. (2012). Turismo de massas em Portugal: Da destradicionalização à desestruturização. *Barataria: Revista Castellano-Manchega de Ciências Sociais*, (14), 99-105. DOI: 10.20932/barataria.v0i14.104
- Gursoy, D., & Nunkoo, R. (2019). *The Routledge handbook of tourism impacts: Theoretical and applied perspectives*. Abingdon, Oxfordshire; New York, NY: Routledge.
- Gyr, U. (2010). *The history of tourism: Structures on the path to modernity*. Mainz: Institut für Europäische Geschichte.
- Kim, D. Y. (2014). *The traveling artist in the Italian renaissance: Geography, mobility, and style*. New Haven: Yale University Press.
- Lassel, R. (1670). *The voyage of Italy, or, A compleat journey through Italy ... : With the characters of the people, and the description of the chief towns, churches, monasteries, tombs, libraries, pallaces, villa's, gardens, pictures, statues, and antiquities...: With instructions concerning travel*. Paris; London: John Starkey.
- Lenzen, M., Sun, Y.-Y., Faturay, F., Ting, Y.-P., Geschke, A., & Malik, A. (2018). The carbon footprint of global tourism. *Nature Climate Change*, 8, 522-528.
- Ludwig, K., Has, M., & Neuer, M. (1990). *Der neue tourismus: Rücksicht auf land und leute*. München: C.H. Beck.
- MacCannell, D. (1999). *The tourist: A new theory of the leisure class* (1st ed.). Berkeley, CA. [etc.]: University of California Press.
- Moreira, C. O. (2018). Portugal as a tourism destination: Paths and trends. *Méditerranée: Revue géographique des pays méditerranéens: Portugal, a country in transformation*, (130), [s. p., par. 1-55]. DOI : 10.4000/mediterranee.10402
- Segreto, L., Manera, C., & Pohl, M. (Eds.). (2009). *Europe at the seaside: The economic history of mass tourism in the Mediterranean*. New York; Oxford: Berghahn Books.
- Speller, E. (2004). *Following Hadrian: A second century journey through the Roman Empire*. New York: Oxford University Press.
- Strabo. (2006). *Strabo geography* (v. 2, books. 3-5). Trad. Horace Leonard Jones. Cambridge, MA; London: Harvard University Press. Acedido em <https://archive.org/stream/Strabo08Geography17AndIndex/Strabo%2002%20Geography%203-5#mode/2up>
- Vicente, F. (1997). O Grand Tour de um príncipe do século XIX: As viagens de D. Pedro V à Europa em 1854 e 1855. *Revista de História das Ideias*, 19, 531-565. DOI: 10.14195/2183-8925_19_17
- Williamson, E. (2016). 'Fishing after News' and the ars apodemica: The intelligencing role of the educational traveller in the late sixteenth century. In J. Raymond & N. Moxham (Eds.), *News networks in early modern Europe* (pp. 542-562). Leiden; Boston: Brill. Acedido em <http://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctt1w8h1ng.30>
- Wilton, A., & Bignamini, I. (Eds.). (1996). *Grand Tour: The lure of Italy in the eighteenth century*. London: Tate Gallery Pub.
- Zuelow, E. (2016). *A history of modern tourism*. London; New York, NY: Palgrave.

Índice de figuras

Figura 1 - Peregrinos de Santiago.

In *Pèlerinage de vie humaine*, de Guillaume de Digulleville, ca. 1490.

Paris, Bibl. Sainte-Geneviève, ms. 1130, fl. 33v.

Fonte da imagem: https://bvmm.irht.cnrs.fr/consult/consult.php?VUE_ID=1356795

Figura 2 - Francisco I no estúdio de Benvenuto Cellini.

Francesco Podesti, 1837.

Roma, Galleria nazionale d'arte moderna Rome.

Fonte da imagem: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRfs-Gx1YRXZWUyndgcOnNf-l-jAMuwLbIb6MVD2dThYfUunXxcV>

Figura 3 - A embaixada de D. Manuel ao papa. Alfredo Roque Gameiro.

In Chagas, P. (1900). *História de Portugal, popular e ilustrada* (v. 4, p. 33).

Lisboa: Emp. História de Portugal, 1900.

Fonte da imagem: <http://tribop.pt/TPd/01/70/Hist%C3%B3ria%20de%20Portug>

Figura 4 - Aristocratas britânicos em Roma.

Katharine Read, ca. 1750.

Yale Center for British Art, Paul Mellon Collection

Fonte da imagem: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Katharine_Read_-_British_Gentlemen_in_Rome_-_Google_Art_Project.jpg

VIAGENS NO TEMPO

*uma história
do turismo ocidental*

Todos os direitos reservados © 2019 Universidade Europeia
Quinta do Bom Nome, Estr. da Correia 53, 1500-210 Lisboa
Telefone: 210 309 900
www.europeia.pt

